

Salobo Metais S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022



Salobo Metais S.A. - Demonstrações financeiras
Conteúdo

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Balanço Patrimonial	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10
1. Contexto operacional	
2. Base de preparação das demonstrações financeiras	
3. Receitas de vendas	
4. Custos e despesas por natureza	
5. Resultado financeiro	
6. Tributos sobre o lucro	
7. Outros tributos	
8. Caixa e equivalentes de caixa	
9. Contas a receber e fornecedores	
10. Estoques	
11. Imobilizado e intangíveis	
12. Ativo diferido	
13. Obrigações para desmobilização de ativos	
14. Processos judiciais	
15. Patrimônio líquido	
16. Partes relacionadas	
17. Classificação dos instrumentos financeiros	
18. Gestão de riscos	
Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos	20



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Salobo Metais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Salobo Metais S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Salobo Metais S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Salobo Metais S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Receita de vendas	3	6.978.048	8.349.746
Custo dos produtos vendidos	4(a)	(4.238.245)	(3.498.499)
Lucro bruto		2.739.803	4.851.247
Despesas operacionais			
Com vendas e administrativas		(2.786)	(4.306)
Outras despesas operacionais, líquidas	4(b)	(183.165)	(326.196)
Lucro operacional		2.553.852	4.520.745
Receitas financeiras	5	236.745	253.069
Despesas financeiras	5	(191.411)	(202.980)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		2.599.186	4.570.834
Tributos sobre o lucro	6	(371.414)	(637.481)
		(371.414)	(637.481)
Lucro líquido do exercício		2.227.772	3.933.353
Lucro básico e diluído por ação – Em R\$		0,27	0,29

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	2.227.772	3.933.353
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	2.227.772	3.933.353

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		2.599.186	4.570.834
Ajustado por:			
Depreciação, amortização e exaustão	11 e 12	530.747	538.235
Baixa de imobilizado	11	54.403	86.701
Perda com impostos	4 (b)	67.118	-
Provisão para processos judiciais		15.285	2.456
Juros e variações monetárias, líquidas		141.610	(88.102)
Outros		(3)	146
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber		1.315.418	(939.826)
Estoques		361	(87.676)
Tributos a recuperar		(422.020)	(201.901)
Aplicações de reinvestimento		(90.070)	(19.018)
Fornecedores		(23.027)	206.662
Salários e encargos sociais		10.583	38.728
Tributos a pagar		(42.532)	310.897
Outros ativos e passivos, líquidos		(60.099)	(93.943)
Caixa gerado pelas operações		4.096.960	4.324.193
Imposto pagos		(652.199)	(578.200)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		3.444.761	3.745.993
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições ao imobilizado	11	(2.184.828)	(2.325.234)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(2.184.828)	(2.325.234)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Transações com acionistas:			
Dividendos pagos aos acionistas	15 (c)	(2.842.049)	(2.717.066)
Amortização de debêntures		-	(521.233)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(2.842.049)	(3.238.299)
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(1.582.116)	(1.817.540)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.114.381	3.924.837
Caixa e equivalentes de caixa de empresa incorporada		-	7.084
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		532.265	2.114.381
Transações que não envolveram caixa:			
Adições ao imobilizado com custo da desmobilização de ativos	11	(249.364)	66.471
Adições para compensação ambiental	11	(11.749)	(432)
Adição ao imobilizado de empresa incorporada	11	-	(1.574)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balanco Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	532.265	2.114.381
Contas a receber	9	552.198	1.994.995
Estoques	10	469.968	479.932
Tributos antecipados sobre o lucro		24.494	31.249
Tributos a recuperar	7	297.242	133.153
Outros		44.629	33.759
		1.920.796	4.787.469
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	7	446.185	248.366
Tributos diferidos sobre o lucro	6(a)	201.997	225.939
Aplicações de reinvestimento	6(c)	264.785	174.715
Outros		58.048	71.531
		971.015	720.551
Diferido	12	-	3.363
Intangíveis	11	8.749	10.054
Imobilizado	11	12.961.288	11.095.829
		13.941.052	11.829.797
Total do ativo		15.861.848	16.617.266
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	9	670.083	691.516
Salários e encargos sociais		150.481	139.898
Tributos a recolher	7	350.355	697.688
Dividendos	15(c)	398.030	710.512
Obrigações para desmobilização de ativos	13	118.515	-
Provisão para compensação ambiental		41.909	17.571
Outros		1.464	3.100
		1.730.837	2.260.285
Passivo não circulante			
Obrigações para desmobilização de ativos	13	265.996	149.231
Provisões para processos judiciais	14	14.322	8.565
Provisão para compensação ambiental		27.052	73.096
Outros		1.884	2.537
		309.254	233.429
Total do passivo		2.040.091	2.493.714
Total do patrimônio líquido		13.821.757	14.123.552
Total do passivo e patrimônio líquido		15.861.848	16.617.266

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de ágio	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.883.355	(58.390)	550.085	2.551.203	2.004.471	-	12.930.724
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.933.353	3.933.353
Transações com acionistas:							
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(2.004.471)	-	(2.004.471)
Incorporação da Vale Metais Básicos S.A.	2.809	-	-	-	-	163	2.972
Reversão de reservas	-	-	-	(28.514)	-	-	(28.514)
Apropriação para reservas	-	-	196.676	894.791	-	(1.091.467)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(710.512)	(710.512)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	2.131.537	(2.131.537)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.886.164	(58.390)	746.761	3.417.480	2.131.537	-	14.123.552
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.227.772	2.227.772
Transações com acionistas:							
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(2.131.537)	-	(2.131.537)
Apropriação para reservas	-	-	111.389	524.265	-	(635.654)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(398.030)	(398.030)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	1.194.088	(1.194.088)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.886.164	(58.390)	858.150	3.941.745	1.194.088	-	13.821.757

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Salobo Metais S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, Brasil. A Sociedade realiza a exploração, lavra e beneficiamento mineral com o objetivo de produzir e comercializar concentrado de cobre. As operações são realizadas por meio de um complexo de mina e usina de beneficiamento localizado em Carajás. A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e plano de negócios do acionista controlador Vale S.A. ("Vale").

As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas no pressuposto de sua continuidade operacional.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade.

b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. Os eventos subsequentes foram avaliados até 10 de março de 2023, data em que a emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria.

c) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando o real ("R\$"), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade opera.

d) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas, porém, ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ou não tiveram impacto nessas demonstrações financeiras. A Sociedade não adotou antecipadamente nenhuma destas normas. Adicionalmente, a Sociedade não espera que essas normas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras em exercícios sociais subsequentes.

e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas em relação ao futuro. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais, estão apresentadas nas notas 6,11,13 e 14.

3. Receitas de vendas

As transações de receitas de vendas foram realizadas na sua totalidade com a Vale International S.A. (parte relacionada) no montante de R\$ 6.978.048 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 8.349.746 em 2021). A Sociedade tem como prática exportar a totalidade de suas vendas e, portanto, tem imunidade e isenção de tributação sobre as vendas.

Em 2022, houve uma redução da receita devido ao menor volume de vendas e preços praticados no período. O volume de vendas de concentrado de cobre em 2022, foi de 388 toneladas (427 toneladas em 2021).

Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente. A receita da Sociedade é reconhecida quando o produto for disponibilizado no porto de embarque, carregado no navio, no porto de descarga.

As vendas da Sociedade são realizadas de forma preponderante na modalidade do *Incoterms* conhecida como *Free on Board* ("FOB"), na qual a Sociedade não é responsável pelo serviço de frete após a transferência de controle do produto ao cliente, que ocorre no momento do embarque da mercadoria.

4. Custos e despesas por natureza

a) Custo de produtos vendidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Pessoal	(214.583)	(197.107)
Material e serviço	(2.098.538)	(1.570.163)
Óleo combustível	(358.555)	(208.779)
Energia	(273.475)	(237.326)
Aquisição de produtos	(434.806)	(304.514)
Depreciação, amortização e exaustão	(513.424)	(521.767)
Capacidade ociosa(i)	-	(138.589)
Outros	(344.864)	(320.254)
Total	(4.238.245)	(3.498.499)
Partes relacionadas	(171.262)	(130.758)
Terceiros	(4.066.983)	(3.367.741)
Total	(4.238.245)	(3.498.499)

(i) Refere-se à parada de produção, devido à manutenção da correia transportadora.

O aumento dos custos do exercício comparado com o ano anterior, está atrelado a dois fatores, sendo eles: aumento nas manutenções da mina e usinas e aos maiores preços praticados dos materiais e diesel.

b) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Receita na venda de materiais	18.591	19.652
Custo na venda de materiais	(22.870)	(10.894)
Perdas com impostos(i)	(67.118)	-
Reversão para perda de estoques de materiais	2.507	1.763
Amortização de ativo diferido	(3.363)	(8.071)
Provisão para processos judiciais	(15.285)	(2.456)
Despesas com estudos e pesquisas	(15.381)	(5.461)
Custo com baixa de ativos	(61.338)	(86.701)
ICMS REFIS - PA	-	(209.147)
Despesas Lei Rouanet	(13.375)	(14.220)
Outros	(5.533)	(10.661)
Total	(183.165)	(326.196)

(i) Refere-se principalmente a baixa de ICMS a recuperar, no exercício de 2022.

5. Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Despesas financeiras		
Juros brutos das debêntures(i)	-	(39.203)
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(13.344)	(79.585)
Despesas com IOF	(1.046)	(466)
Juros e multas s/ atraso de recolhimento de impostos	2.813	(82.265)
Variações monetárias e cambiais	(178.006)	(385)
Outras	(1.828)	(1.076)
	(191.411)	(202.980)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	199.775	124.504
Variações monetárias e cambiais	36.396	127.690
Outras	574	875
	236.745	253.069
Resultado financeiro, líquido	45.334	50.089

(i) Refere-se à amortização dos juros da última parcela ao BNDES, ocorrida em março de 2021.

Política contábil

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira, e são gerados principalmente devido à compra de insumos e vendas de produtos para o mercado externo em dólares norte-americanos ("US\$").

6. Tributos sobre o lucro

a) Imposto de renda diferido

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo tributário diferido		
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	5.603	3.668
Obrigações para desmobilização de ativos	2.646	14.691
Despesas pré operacionais	30.739	3.759
Provisão para participação no resultado	23.958	22.085
Provisão para perda ICMS(i)	55.102	77.104
ICMS - PA	81.501	96.984
Outros	2.448	7.648
Tributos sobre o lucro	201.997	225.939

b) Reconciliação do imposto de renda

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	2.599.186	4.570.834
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(883.723)	(1.554.084)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Incentivos fiscais	524.265	894.791
Preço de transferência	(20.326)	(340)
Outros	8.370	22.152
Tributos sobre o lucro	(371.414)	(637.481)

c) Incentivos fiscais

A Sociedade possui incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda. O incentivo é calculado com base no lucro fiscal da atividade incentivada (lucro da exploração), e leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada durante os 10 primeiros anos de exploração da mina de Salobo, com início em 2014 e término em 2023. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal, deve ser apropriado em conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas.

Além destes incentivos o montante equivalente a 30% de parte do imposto de renda devido, apurado pela alíquota de 15% sobre o lucro da exploração da atividade incentivada, pode ser reinvestido na aquisição de novas máquinas e equipamentos, sujeito à aprovação posterior pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). O mecanismo deste incentivo exige contrapartida em valor equivalente a 50% do benefício por parte do contribuinte na aquisição dos bens. O subsídio para reinvestimento é registrado em conta de reserva de lucros, com impedimento para distribuição de dividendos aos acionistas. Esse incentivo fiscal irá expirar em 2023.

Conforme resolução da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) Nº 65 DE 29/12/2017 - art.29, a Sociedade que optar pelo benefício do incentivo fiscal, deverá manter conta específica referente as operações de reinvestimento no Banco da Amazônia S.A.. Em 2022, a Sociedade possuía em suas aplicações financeiras o montante de R\$ 264.785 (R\$174.715 em 2021) em cumprimento à referida legislação da SUDAM.

Principal política contábil

Os tributos sobre o lucro são calculados aplicando a alíquota em vigor no Brasil, que é de 34%. Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre o valor contábil e a base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos por meio do resultado

Estimativa e julgamento contábil crítico

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários

7. Outros tributos

	Tributos a recuperar		Tributos a recolher	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS")(i)	253.731	94.132	245.696	297.133
Impostos e contribuições federais brasileiras(ii)	461.449	267.946	48.224	352.605
Compensação Financeira Exploração de Recursos Minerais ("CFEM")	-	-	18.544	19.876
Imposto sobre serviços	124	108	12.998	9.610
Outros	28.123	19.333	24.893	18.464
Total	743.427	381.519	350.355	697.688
Circulante	297.242	133.153	350.355	697.688
Não circulante	446.185	248.366	-	-
Total	743.427	381.519	350.355	697.688

(i) Refere-se ao ICMS sobre insumos/importação/ICMS CIAP a recuperar, referente ao Projeto Salobo III.

(ii) Refere-se a Pis/Cofins a recuperar e IR/CS/Pis/Cofins a recolher no exercício de 2022.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e bancos	183.243	33.981
Aplicações financeiras	349.022	2.080.400
Total	532.265	2.114.381

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com insignificante risco de alteração de valor. O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 refere-se a aplicações de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) no montante de R\$ 349.022 (R\$ 2.080.400 em 2021), prontamente conversíveis em caixa, sendo indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário (“taxa DI” ou “CDI”).

9. Contas a receber e fornecedores

	Contas a receber		Fornecedores	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Partes relacionadas (nota 16)	507.673	1.985.061	44.405	40.458
Terceiros	44.525	9.934	625.678	651.058
Total	552.198	1.994.995	670.083	691.516

10. Estoques

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Estoque de produtos (concentrado de cobre)	48.872	88.726
Estoque de materiais de consumo	428.295	400.912
Redução ao valor recuperável de estoque de consumo	(7.199)	(9.706)
Total	469.968	479.932

Política contábil

Os estoques são registrados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido. Os custos de produção compreendem custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos a produção. Os custos são agregados aos itens em estoque com base no custo médio. Na data de apresentação das demonstrações financeiras, o valor realizável líquido dos estoques é avaliado, e uma provisão para perda com estoques obsoletos ou de baixa movimentação pode ser reconhecida.

11. Imobilizado e intangíveis

	Ativos				Imobilizado				Total
	Terrenos	Imóveis	Instalações	Equipamentos	Outros	em curso	Intangível		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.106	2.185.667	1.343.011	814.056	2.579.884	588.916	1.939.001	10.338	9.461.979
Adições(i)	-	-	-	-	-	-	2.260.769	-	2.260.769
Baixas	-	(35.778)	(22)	(762)	-	(24.036)	(26.103)	-	(86.701)
Depreciação, exaustão e amortização	-	(79.979)	(75.907)	(195.166)	(46.644)	(129.514)	-	(2.954)	(530.164)
Transferências	-	202.326	133.094	161.110	28.284	77.848	(605.332)	2.670	-
Total	1.106	2.272.236	1.400.176	779.238	2.561.524	513.214	3.568.335	10.054	11.105.883
Custo	1.106	2.867.115	2.119.626	1.879.307	3.348.579	1.308.701	3.568.335	17.851	15.110.620
Depreciação acumulada	-	(594.879)	(719.450)	(1.100.069)	(787.055)	(795.487)	-	(7.797)	(4.004.737)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.106	2.272.236	1.400.176	779.238	2.561.524	513.214	3.568.335	10.054	11.105.883
Adições(i)	-	-	-	-	-	-	2.445.941	-	2.445.941
Baixas	-	(26.284)	(1.261)	(217)	-	(5.509)	(21.132)	-	(54.403)
Depreciação, exaustão e amortização	-	(91.183)	(87.025)	(173.144)	(43.540)	(129.111)	-	(3.381)	(527.384)
Transferências	-	1.641.468	923.384	455.687	(66.471)	131.820	(3.087.964)	2.076	-
Total	1.106	3.796.237	2.235.274	1.061.564	2.451.513	510.414	2.905.180	8.749	12.970.037
Custo	1.106	4.473.947	3.042.138	2.325.814	3.282.108	1.411.187	2.905.180	19.927	17.461.407
Depreciação acumulada	-	(677.710)	(806.864)	(1.264.250)	(830.595)	(900.773)	-	(11.178)	(4.491.370)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.106	3.796.237	2.235.274	1.061.564	2.451.513	510.414	2.905.180	8.749	12.970.037

(i) Refere-se principalmente a fase de expansão da unidade de produção, denominada Projeto Salobo III.

Política contábil

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável. Os custos dos ativos minerários desenvolvidos internamente são determinados por (i) custos diretos e indiretamente atribuídos à construção da planta da mina; (ii) encargos financeiros incorridos durante o período de construção; (iii) depreciação de bens utilizados na construção; (iv) estimativa de gastos com descomissionamento e restauração da localidade; e (v) outros gastos capitalizáveis ocorridos durante a fase de desenvolvimento da mina (quando o projeto se prova gerador de benefício econômico e existem capacidade e intenção da Sociedade de concluir o projeto).

A exaustão dos ativos minerários é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis. Os demais ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido. A exceção são os terrenos que não são depreciados. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida útil
Imóveis	15 a 50 anos
Instalações	8 a 42 anos
Equipamentos	2 a 33 anos
Ativos minerários	Produção
Outros	2 a 50 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados a cada exercício social e ajustados, se necessário.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

A Sociedade avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que os ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização. O ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há indicação de que os ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização.

Estimativa e julgamento contábil crítico

Reservas minerais - As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Sociedade assuma premissas sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio e de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis da Sociedade.

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão dos ativos minerários, e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização e na avaliação de *impairment*.

12. Ativo diferido

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Custo	80.714	80.714
Amortização acumulada	(80.714)	(77.351)
Total	-	3.363

O saldo de R\$ 80.714, mantido como ativo diferido, está sendo amortizado desde 1º junho de 2012, data da entrada em operação da Sociedade. O prazo de amortização foi estipulado em 10 anos a partir dessa data. Em 2022 e 2021 a amortização foi de R\$ 3.363 e R\$ 8.071, respectivamente.

Política contábil

O diferido é composto por gastos na fase pré-operacional da Sociedade. Com a implantação da Lei 11.638/07 e, posteriormente, a Lei 11.941/09 que atualizaram a Lei 6.404/76, o ativo diferido passou a não mais existir, sendo que o saldo existente até a data de 31 de dezembro de 2008 poderia ser totalmente eliminado, realocado, quando possível, para outras contas do ativo, ou mantido até a completa amortização desse saldo. A Sociedade efetuou a análise sobre a natureza dos valores registrados no diferido e reclassificou

parte do saldo para o imobilizado, optando por manter o saldo remanescente. O saldo remanescente é amortizado pelo prazo de 10 anos, iniciado a partir da fase de operação da Sociedade em 2012.

13. Obrigações para desmobilização de ativos

Referem-se aos custos esperados para o fechamento das minas e desativação dos ativos minerários vinculados. As variações na provisão para obrigações para desmobilização de ativos são as seguintes:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo no início do exercício	149.231	220.343
Revisões nas estimativas de fluxos de caixa (i)	235.280	(71.112)
Saldo no final do exercício	384.511	149.231

(i) Em 2022, a Sociedade revisou seu plano de mineração, a vida útil de alguns ativos e o escopo de trabalho, gerando um aumento da provisão reconhecida no ativo imobilizado.

As taxas de juros de longo prazo utilizadas para desconto a valor presente e atualização das obrigações para desmobilização de ativos foram de 6,20% a.a. e 5,48% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Política contábil

Os custos associados à remoção de estéril e outros resíduos (“custo de remoção estéril” ou “stripping costs”) incorridos durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, são capitalizados como parte do custo depreciável do ativo imobilizado em desenvolvimento. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina. Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque. Os custos de remoção de estéril são mensurados pelos custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos a sua remoção e, quando aplicável, é deduzido de eventual impairment, nos mesmos moldes adotados para a unidade geradora de caixa no qual pertence.

No reconhecimento da provisão, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e é depreciado pela vida útil dos ativos minerários correspondentes, resultando em uma despesa reconhecida no resultado do exercício.

O passivo de longo prazo é descontado ao valor presente utilizando uma taxa que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e registrado contra o resultado do exercício e é liquidado quando do início do desembolso de caixa ou contração de obrigação a pagar referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Alterações nessas premissas podem afetar significativamente o valor provisionado. Portanto, a Sociedade considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente.

14. Processos judiciais

A Sociedade é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais.

A Sociedade utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Sociedade, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

Processos judiciais provisionados - A Sociedade considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

Processos judiciais não provisionados - Os passivos contingentes relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada possível.

Depósitos judiciais - Correlacionados aos passivos contingentes, a Sociedade é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Provisões para processos judiciais		Passivos contingentes	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2022	2021	2022	2021
Processos tributários(i)	759	72	437.781	166.285
Processos trabalhistas(ii)	13.563	8.493	76.120	49.677
Processos cíveis	-	-	29.756	27.770
Processos ambientais	-	-	118.681	144.075
Total	14.322	8.565	662.338	387.807

- (i) O passivo contingente, refere-se substancialmente à autos de infração de IRPJ/CSLL, em decorrência de ajustes na base calculada, em virtude da apuração de preços de transferência pelo método PECEX – Preço sob Cotação na Exportação, no montante de R\$ 232.620.
- (ii) Variação do passivo contingente, refere-se a Dano Moral Coletivo de uma Ação Civil Pública com relação à Barragem do Mirim-PA, onde requereu 46 pedidos de obrigação de fazer e dentre eles a retirada de empregados e estruturas da Zona de Auto-salvamento, no montante de R\$ 20.071.

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando a diretoria jurídica e seus consultores jurídicos avaliam que: (i) existe uma obrigação presente originada de evento passado, (ii) é provável que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser mensurada. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que a sua realização é virtualmente certa.

Estimativa e julgamento contábil crítico

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social é de R\$ 7.886.164, correspondendo a 8.331.813.183 ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

Reserva legal - Constitui uma exigência para todas as sociedades anônimas e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais - Resulta da opção de designar uma parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo bem como incentivos fiscais (nota 6c).

Reserva de ágio – Resulta da incorporação reversa da Caulim do Brasil Investimentos ocorrida em 2001. O ágio da incorporação totalizou R\$ 88.470, sendo 34% registrados como imposto diferido ativo e o saldo remanescente de R\$ 58.390 como reserva de capital no patrimônio líquido, conforme Instruções 349 e 319 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e CPC 18.

c) Remuneração aos acionistas da Sociedade - Conforme estatuto social, 25% do lucro líquido do exercício (após constituições de reservas) deve ser distribuído a título de dividendo mínimo obrigatório.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	2.227.772	3.933.516
Constituição de reserva legal	111.389	196.676
Constituição de reserva de incentivos fiscais	524.265	894.791
Dividendos mínimos obrigatórios	398.030	710.512
Dividendo adicional proposto (condicionado à aprovação em assembleia de acionistas)	1.194.088	2.131.537
Remuneração total do exercício	2.227.772	3.933.516

Os dividendos registrados em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 710.512 referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios de 2021, que foram pagos durante o ano de 2022, conforme Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022. Em 2022, a Sociedade registrou como dividendos mínimos obrigatórios um montante de R\$ 398.030.

Adicionalmente, em deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022, foram aprovados e pagos os dividendos adicionais propostos do resultado de 2021, no montante de R\$ 2.131.537. Em 2022, foram registrados como dividendos adicionais propostos um montante de R\$ 1.194.088.

Política contábil

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no Estatuto Social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas

16. Partes relacionadas

Representados pelas seguintes operações com partes relacionadas à Sociedade:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo circulante		
Contas a receber com partes relacionadas		
Vale S.A	226	1.852
Vale International	507.447	1.983.209
	507.673	1.985.061
Passivo circulante		
Contas a pagar com partes relacionadas		
Vale S.A	31.702	28.965
Fundação Vale do Rio Doce Seguridade Social	1.582	1.251
Outros	11.121	10.242
	44.405	40.458
Dividendo a pagar		
Vale S.A.	398.030	710.512
	398.030	710.512
	442.435	750.970

Todas as operações com partes relacionadas estão formalizadas através de contratos celebrados entre as partes. Caso esses contratos tivessem sido estabelecidos com terceiros, os termos contratuais poderiam ser diferentes dos firmados com as partes relacionadas.

A remuneração dos administradores da Sociedade foi paga integralmente pelo acionista Vale. Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo.

Resultados gerados pelas operações com partes relacionadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Receita bruta		
Receita de venda de cobre - Vale International	6.978.048	8.349.746
	6.978.048	8.349.746
Despesas gerais - Vale S.A.	(168.991)	(178.007)
Outros	(55.304)	(23.398)
Resultado líquido gerado pelas operações com partes relacionadas	6.753.753	8.148.341

17. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos ativos e passivos financeiros por moeda é a seguinte:

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Custo amortizado	em R\$	em US\$	Custo amortizado	em R\$	em US\$
Caixa e equivalente de caixa	532.265	532.265	-	2.114.381	2.114.381	-
Contas a receber	552.198	44.751	507.447	1.994.995	11.786	1.983.209
Total dos ativos financeiros	1.084.463	577.016	507.447	4.109.376	2.126.167	1.983.209
Fornecedores	670.083	664.943	5.140	691.516	669.222	22.294
Total de passivos financeiros	670.083	664.943	5.140	691.516	669.222	22.294

Política contábil

A Sociedade classifica os instrumentos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado a menos que certas condições que permitam uma mensuração subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo custo amortizado sejam atendidas.

Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos.

18. Gestão de riscos

a) Gestão de risco de liquidez e capital - A Sociedade monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo.

b) Gestão de risco de crédito - A exposição da Sociedade ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Sociedade em um nível aceitável.

(i) Gestão de risco de crédito de recebíveis - A Sociedade atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial.

(ii) Gestão de risco de crédito de investimentos financeiros - Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Sociedade controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação.

c) Gestão de risco de mercado - A Sociedade está exposta a diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. Considerando a natureza dos negócios e operações da Sociedade, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Sociedade está exposta são: risco da taxa de câmbio, risco da taxa de juros e risco de preços de produtos e insumos. A avaliação do potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco.

* * *

Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos

Diretores

Antonio Daher Padovezi
Diretor Presidente

José Luiz Marques Santana
Diretor

Marcio Felipe Milheiro Aigner
Diretor

Fabio de Figueiredo Brandão
Diretor

Responsáveis Técnicos

Flavio Ferreira
Contador
CRC-RJ 085525/O-0

Cecília Fernandes Albuquerque
Gerente de Controladoria